



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE
REGISTRADO

Livro nº: 191 Folha nº: 86
Data: 19/05/17 Nome: Laura
916629

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO
HORIZONTE E O BANCO DO BRASIL S/A.

INSTRUMENTO JURÍDICO:

PROCESSO: 01-016.314/17-27

T.S: 01.2014.4001.0001-00-00

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, doravante denominado **CONTRATANTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 18.715.383/0001-40, com sede nesta capital, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Finanças, **Sr. Fuad Jorge Noman Filho**, presente o Procurador Geral do Município, **Sr. Tomáz de Aquino Resende**, e o **BANCO DO BRASIL S.A.**, inscrito no CNPJ sob o nº 00.000.000/0001-91, situado à SBS quadra 01, bloco G, S/N, 24º andar, Asa Sul, Brasília, CEP 70.073-901, doravante denominado **CONTRATADO**, neste ato representado pelo seu Gerente Geral da Agência Setor Público BH, situada nesta capital, **Sr. Getúlio Neri Palhano Freire**, CPF 037.149.224-66, resolvem entre si, por esta e da melhor forma de direito, justo e avençado, firmar este contrato para execução da prestação de serviços, tudo de conformidade com o processo administrativo nº 01-016.314/17-27, a Lei Federal nº 8.666/93, o Decreto Municipal nº 10.710/2001 e os Decretos Municipais nº 11.245/2003 e nº 15.113/2013 mediante as seguintes cláusulas e condições, que reciprocamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a prestação, pelo **CONTRATADO**, dos seguintes serviços ao **CONTRATANTE** (conforme anexos deste CONTRATO):

1.1. Movimentação financeira do CONTRATANTE, relativa aos recursos provenientes de transferências legais e constitucionais, bem como de convênios a serem assinados com qualquer órgão do governo federal e estadual, em que haja previsão legal para a manutenção dos recursos no Banco do Brasil S/A. As movimentações financeiras serão efetuadas por meio eletrônico através do Autoatendimento Setor Público (ASP) ou Gerenciador Financeiro e troca de arquivos eletrônicos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Não estão contemplados neste contrato os serviços efetuados no caixa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Estão isentos de tarifa os seguintes serviços:

- PAG Fornecedor crédito em conta;
- PAG Diversos crédito em conta;
- PAG Diversos poupança;
- PAG Diversos guias;
- PAG DOC/TED Fornecedor;
- DOC/TED Fornecedor via ASP;
- DOC D – GERENCIADOR FINANC.;
- DOC E-GER FINANCEIRO PJ;
- DOC D-GER FINANCEIRO PJ;
- TED STR-GER FIN-PJ-TITULARES
- TED CIP-TER FIN-PJ-TITULARES;
- TED STR – GER FIN-PJ –MESMO T;
- TED CIP – GER FIN – PJ – MESMO T;
- CENTRALIZAÇÃO SALDO PJ;



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO
HORIZONTE E O BANCO DO BRASIL S/A.

INSTRUMENTO JURÍDICO: 01.2017.4001.0001-00.00

PROCESSO: 01-016.314/17-27

- COPIA – DOC MICROFILMADO;
- CADASTRO PJ RENOV SEMESTRAL;
- EXTRATO MEIO MAGNETICO 668 PJ;
- EXTRATO MEIO MAGNETICO 558 PJ;
- EXTRATO DATA-MAILER – MENSAL;
- EXTRATO GER. FINANCEIRO;
- TRANSF ENTRE CTAS COR;
- 2ª VIA EXTRATO ACIMA 6 MESES;
- REFAZ. ARQ IED-COBANÇA;
- REFAZ. ARQ IED-DEPOS. IDENTIF;
- REFAZ. ARQ IED-RECE. GUIA Ñ;
- Câmbio – fechamento;

PARÁGRAFO TERCEIRO: Liberação de arquivos em caráter excepcional e mediante autorização da Gerência do Tesouro – será cobrado o valor referente a 30% da tarifa constante da tabela de serviços vigentes, conforme ANEXO I.

PARÁGRAFO QUARTO: As demais contas que necessitem de transferência para o Banco Centralizador do Município que não estejam inseridas no ITEM 1.1 da CLÁUSULA PRIMEIRA, estarão isentas da cobrança de tarifas, conforme PARÁGRAFO SEGUNDO da CLÁUSULA PRIMEIRA.

PARÁGRAFO QUINTO: Os serviços discriminados no PARÁGRAFO SEGUNDO da CLÁUSULA PRIMEIRA, serão tarifados conforme tabela de serviços (ANEXO I) no período de 28/12/2016 até 28/02/2017.

PARÁGRAFO SEXTO: Os serviços elencados acima terão Float (0).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente CONTRATO é firmado mediante inexigibilidade de licitação, com fulcro no caput do art. 25, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA AGÊNCIA BANCÁRIA

Fica designada pelo **CONTRATADO** a Agência 1615-2 Setor Público Belo Horizonte, localizada à Rua Rio de Janeiro, 750 - 3º andar - Centro, Belo Horizonte (MG), como estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento ao **CONTRATANTE**, bem como articular o efetivo cumprimento das obrigações assumidas pelo **CONTRATADO** neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DAS ADEQUAÇÕES DE SISTEMAS E PROCESSOS

O **CONTRATANTE** e o **CONTRATADO** comprometem-se, mutuamente a fazer os ajustes necessários em seus respectivos sistemas de processamento de dados, para o fiel cumprimento das obrigações ora assumidas, com vistas a viabilizar e facilitar a troca de



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO
HORIZONTE E O BANCO DO BRASIL S/A.

INSTRUMENTO JURÍDICO: 01-2017.4001.0001-00.00

PROCESSO: 01-016.314/17-27

informações, as transmissões de dados e a perfeita manutenção dos controles, de modo a permitir que qualquer das partes possa, a qualquer tempo, verificar o integral cumprimento do estabelecido neste instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO: As regulamentações futuras e demais critérios operacionais que se fizerem necessários à sistemática dos serviços serão objeto de ajustes entre as partes, inclusive quanto ao prazo para sua realização, para que o CONTRATO não venha a sofrer solução de descontinuidade, devendo as mudanças ser efetuadas mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas da Administração Direta, com a execução deste CONTRATO, para o período de 12 meses, estão estimadas em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e correrão, no presente exercício, pela dotação orçamentária:

- 4001.0141.28.846.088.3091.339039.09.03.00.

5.2. As despesas dos Fundos e entidades da Administração Indireta serão consignadas em dotações orçamentárias específicas, conforme Termo de Adesão.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Nos exercícios seguintes, caso haja alteração da dotação orçamentária, a mesma será registrada em Termo de Apostila ao CONTRATO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor referente às tarifas estabelecidas nos PARÁGRAFOS SEGUNDO E TERCEIRO da CLÁUSULA PRIMEIRA serão anualmente atualizados pelo IPCA e/ou repactuados pelas partes, por meio de TERMO ADITIVO ao CONTRATO, a fim de restabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro, com comunicação prévia de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

A remuneração pela prestação dos serviços será efetuada pelo **CONTRATANTE**, no 20º (vigésimo) dia do mês subsequente à prestação desses serviços, mediante apresentação de demonstrativo dos serviços prestados no período, pelo **CONTRATADO**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

O presente CONTRATO é firmado com prazo de vigência de 12 (doze) meses, a partir de 28 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado, atendidas as condições do artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONVALIDAÇÃO

Ficam convalidados todos os atos praticados, relativos ao serviço, a partir de 28 de dezembro de 2016, até a data da publicação deste CONTRATO, gerando todos os efeitos legais, conforme documentos constantes do processo administrativo nº 01-016.314/17-27.



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO
HORIZONTE E O BANCO DO BRASIL S/A.

INSTRUMENTO JURÍDICO: 01. 2017. 4001. 0001 - 00 - 00

PROCESSO: 01-016.314/17-27

CLAÚSULA NONA – DAS ESPECIFICIDADES DA EXECUÇÃO

Na execução deste CONTRATO as partes deverão observar as seguintes especificidades:

9.1. Para o serviço de Pagamento de Salários, conforme a CLÁUSULA PRIMEIRA do presente CONTRATO, na forma da Resolução CMN 3402/06, é utilizada a modalidade de pagamento para crédito em Conta Registro de Salário mantida pelo favorecido em agência do **CONTRATADO** no país.

9.1.1. Na prestação de serviços de pagamento de salários, o beneficiário ficará isento de tarifa para emissão de cartão magnético para movimentação de conta bancária quando esta for exclusiva para pagamento de salários (art. 1º da Resolução BACEN nº 3.402/06). O **CONTRATADO** não cobrará do beneficiário, ainda, qualquer outra tarifa para sua remuneração por este serviço, observado o disposto no art. 2º, inciso I e parágrafo 1º da Resolução 3.402/06 do BACEN.

9.2. Para os demais serviços de pagamento a fornecedores e pagamentos diversos podem ser adotados quaisquer das seguintes modalidades:

- a) pagamento para crédito em conta corrente mantida pelo favorecido em agência do **CONTRATADO** no país;
- b) pagamento para crédito em conta de poupança mantida pelo favorecido em agência do **CONTRATADO** no país;
- c) pagamento para crédito em outro banco no país, mediante DOC e/ou TED;
- d) pagamento por meio do Gerenciador Financeiro ou ASP para crédito em conta corrente mantida pelo favorecido em agência do **CONTRATADO** no país.

9.3. O **CONTRATADO** efetuará o débito do valor relativo aos pagamentos na conta que estiver indicada no arquivo remessa no momento da liberação do arquivo de pagamento pelo **CONTRATANTE**;

9.4. A liberação de arquivo de pagamento deverá ser efetuada pela **CONTRATANTE** por intermédio do Gerenciador Financeiro ou Autoatendimento Setor Público, ou excepcionalmente pelo **CONTRATADO**, conforme CLÁUSULA PRIMEIRA, PARÁGRAFO TERCEIRO;

9.5. Os pagamentos aos favorecidos serão efetuados nos exatos termos e valores constantes no arquivo remessa encaminhado pelo **CONTRATANTE**, com exceção dos pagamentos com registros rejeitados, não cabendo ao **CONTRATADO** qualquer responsabilidade por eventual erro, omissão ou imperfeição existente no arquivo;

9.6. Fica estabelecido que a insuficiência de saldo em conta, os problemas técnicos causados pela **CONTRATANTE** e o não cumprimento, de sua parte, dos prazos suficientes para a remessa dos arquivos, implicarão adiamento, na mesma proporção dos atrasos, dos pagamentos aos favorecidos;

9.7. Para os pagamentos em outro banco no país, o **CONTRATANTE** pode, a seu critério, indicar que o pagamento seja realizado por meio de DOC ou TED, cabendo ao **CONTRA-**



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO
HORIZONTE E O BANCO DO BRASIL S/A.

INSTRUMENTO JURÍDICO: 01.2017.4001-0001-00.00

PROCESSO: 01-016.314/17-27

TADO, apenas e tão somente, informar ao **CONTRATANTE**, por meio de arquivo retorno, que o pagamento foi enviado ao outro banco, não se responsabilizando, portanto, pelo efetivo crédito na conta corrente do favorecido.

9.7.1. para efetivação das transferências referidas no Item 9.7, deverão ser observados os limites de valor e horário definidos pelo Sistema Financeiro Nacional.

9.7.2. o **CONTRATANTE** fica obrigado a informar a finalidade da transferência do DOC/TED no arquivo remessa, conforme descrição dos domínios contidos no manual de operações do serviço.

9.8. Para os créditos em conta por meio do Gerenciador Financeiro ou ASP – As partes definem que:

a) o **CONTRATANTE** efetuará no GEFIN ou ASP o cadastramento do beneficiário do crédito, cabendo ao **CONTRATADO**, por intermédio da agência de relacionamento do Ente, confirmar o cadastramento realizado, mediante solicitação escrita do **CONTRATANTE**;

b) ao efetuar o cadastramento do beneficiário do crédito, o **CONTRATANTE** autoriza o **CONTRATADO** a transferir valores para a conta do beneficiário cadastrado, acima do limite diário estipulado pelo **CONTRATADO**.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar o objeto em conformidade com as disposições contidas neste CONTRATO e seu respectivo anexo.

10.2. Estar em conformidade com a Resolução do Banco Central do Brasil - BCB nº 4.019/2011 que dispõe sobre medidas prudenciais preventivas destinadas a assegurar a solidez, a estabilidade e o regular funcionamento do Sistema Financeiro Nacional.

10.3. Adotar os procedimentos previstos nas normas regulamentares expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

10.4. Fornecer suporte técnico devidamente qualificado às atividades objeto do CONTRATO.

10.5. Garantir a boa qualidade dos serviços fornecidos, atendendo às demandas do **CONTRATANTE** em tempo hábil, respondendo imediatamente por qualquer irregularidade e procedendo a correção sempre que o caso requeira.

10.6. Executar com fidedignidade as movimentações financeiras do **CONTRATANTE**, em cumprimento à legislação do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB.

10.7. Executar os serviços de acordo com a melhor técnica aplicável a trabalhos de cada natureza, efetuando-os com zelo e diligência, e com a rigorosa observância do sigilo e confidencialidade das informações a que o **CONTRATADO** tiver acesso.



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO
HORIZONTE E O BANCO DO BRASIL S/A.

INSTRUMENTO JURÍDICO: 01.2017.4001.0001-00.00

PROCESSO: 01-016.314/17-27

10.8. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução da prestação do serviço.

10.9. Responder, integralmente, por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos causados ao **CONTRANTE** ou a terceiros, tendo como agente o **CONTRATADO**, seus prepostos ou estranhos, decorrentes da execução do contrato/fornecimento do objeto, não reduzindo ou excluindo da sua responsabilidade o mero fato da execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do **CONTRATANTE**.

10.10. Disponibilizar ao **CONTRATANTE** aplicativo e/ou software no padrão CNAB 240 posições – FEBRABAN, cujo objetivo é possibilitar a remessa e retorno de arquivos contendo as Ordens Bancárias em meio eletrônico, provenientes dos sistemas utilizados pelo **CONTRATANTE** e inclusive para geração e/ou efetivação dos créditos aos fornecedores, credores e favorecidos.

10.11. Manter, durante a execução deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação exigidas na contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços e aplicar as medidas corretivas necessárias, inclusive as penalidades contratuais previstas.

11.2. Observar as disposições, rotinas e procedimentos que lhe competem.

11.3. Gerar as informações com exatidão, clareza e fidedignidade da conta bancária de origem, para débito, e destino, para crédito, com a correta identificação do favorecido.

11.4. Prestar todas as informações necessárias com clareza ao **CONTRATADO** para a execução dos serviços contratados.

11.5. Notificar ao **CONTRATADO**, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

O **CONTRATADO**, estará sujeito às seguintes sanções penais:

12.1. advertência.

12.2. multas nos seguintes percentuais:

- a) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução de serviços, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO
HORIZONTE E O BANCO DO BRASIL S/A.

INSTRUMENTO JURÍDICO: 01-8014.4001-0001-00.00

PROCESSO: 01-016.314/17-27

- b) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato em caso de recusa do infrator em assinar ou contrato;
- c) multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a contratação, na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas.
- d) multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da contratação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas.
- e) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas.
- f) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato quando o infrator der causa à rescisão do contrato;
- g) multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados.

12.3. Impedimento de licitar e contratar, com o consequente descredenciamento do SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

12.4. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Gerente Administrativo e Financeiro, nos termos do art. 1º, do Decreto nº 15.270/2013.

12.4.1. Nos casos previstos pela legislação, as multas poderão ser descontadas do pagamento imediatamente subsequente à sua aplicação.

12.5. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Secretário Municipal Adjunto competente.

12.6. Na aplicação das penalidades de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de juntada do aviso de recebimento – AR ou do protocolo da notificação aos autos do processo administrativo correspondente.

12.6.1. No caso de aplicação das penalidades previstas no subitem 13.6 será concedido prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de recurso, após publicação da decisão no Diário Oficial do Município.

12.7. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto e não exime a CONTRATADA da plena execução do objeto contratado.



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO
HORIZONTE E O BANCO DO BRASIL S/A.

INSTRUMENTO JURÍDICO: 01-2017-4001-0001-00-00

PROCESSO: 01-016.314/17-27

12.8. Na hipótese de cumulação a que se refere o subitem acima serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa, conforme Lei Municipal.

12.9. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA EXTINÇÃO / RESCISÃO

13.1. O presente CONTRATO extinguir-se-á ao seu término, sem necessidade de qualquer modificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, podendo, no entanto, ser rescindido a qualquer tempo, com comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

13.2. O presente CONTRATO poderá ser rescindido nas hipóteses previstas na legislação, desde que formalmente motivado nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, bem como nas hipóteses de o **CONTRATADO**:

13.2.1. infringir quaisquer das cláusulas ou condições do presente CONTRATO;

13.2.2. entrar em regime de falência, dissolver-se ou extinguir-se;

13.2.3. transferir ou ceder o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte;

13.2.4. recusar-se a receber qualquer ordem ou instrução para melhor execução deste contrato, insistindo em fazê-lo com imperícia ou desleixo;

13.2.5. deixar de executar o serviço, abandonando-o ou suspendendo-o por mais de 2 (dois) dias seguidos, salvo por motivo de força maior, desde que haja comunicação imediata, justificativa fundamentada e anuência do **CONTRATANTE**;

13.2.6. deixar de comprovar o regular cumprimento de suas obrigações trabalhistas, tributárias e sociais;

13.2.7. ser declarada inidônea e/ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;

13.2.8. subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo **CONTRATANTE**, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade do **CONTRATADO**;

13.3. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados no subitem anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO
HORIZONTE E O BANCO DO BRASIL S/A.

INSTRUMENTO JURÍDICO: 01-2017-4001 - 0001 - 00.00

PROCESSO: 01-016.314/17-27

III - judicial, nos termos da legislação;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICO

O CONTRATO poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização ao **CONTRATADO**, a não ser em caso de dano efetivo disso resultante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. O **CONTRATADO** fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO, conforme previsto nos §§1º e 2º, art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. A tolerância do **CONTRATANTE** com qualquer atraso ou inadimplência por parte do **CONTRATADO**, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

15.3. O **CONTRATADO** não poderá caucionar ou utilizar o presente CONTRATO para qualquer operação financeira.

15.4. Nenhum débito poderá ser efetuado em conta corrente do **CONTRANTE** sem autorização, por escrito, de seus representantes.

15.5. O **CONTRATADO**, na condição de mero mandatário, fica isento de toda e qualquer responsabilidade decorrente da relação mantida entre o **CONTRANTE** e terceiros (favorecidos, clientes, beneficiários, contribuintes, titulares, pagadores e etc.) e de qualquer implicação que possa surgir da operacionalização dos serviços objeto deste CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial do Município "DOM" correrá por conta e ônus do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DOS ANEXOS

Vincula-se ao presente contrato a proposta do **CONTRATADO**, nos termos do art. 55, XI, da Lei Federal nº 8.666/93 e são anexos ao presente instrumento e dele fazem parte integrante:

1. **ANEXO I** – Tarifas.
2. **ANEXO II** – Fundos Municipais e entidades da Administração Indireta vinculadas ao contrato através de Termo de Adesão.
3. **ANEXO III** – Modelo de Termo de Adesão dos Fundos Municipais e das entidades da Administração Indireta.



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO
HORIZONTE E O BANCO DO BRASIL S/A.

INSTRUMENTO JURÍDICO: 01. 2017. 4001.0001 - 00 00

PROCESSO: 01-016.314/17-27

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida ou pendência oriunda do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Belo Horizonte, 17 de maio de 2017.


Fuad Noman
Secretário Municipal de Finanças

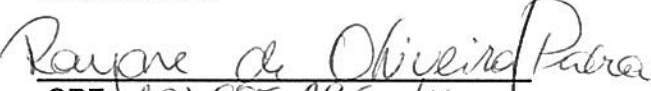
Daniel Rodrigues Nogueira - BM: 114.550-7
Secretário Municipal Adjunto do Tesouro
SMF / SMATES


Tomáz de Aquino Resende
Procurador Geral do Município

Marlus Keller Riani - BM 114.240-0
Procurador Geral Adjunto
Administrativo-Consultivo


Getúlio Neri Palhano Freire
Banco do Brasil S.A.

Testemunhas:


CPF.: 107 885 196-46


CPF.: 139 384 766-80



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO
HORIZONTE E O BANCO DO BRASIL S/A.

INSTRUMENTO JURÍDICO: 01.2017.4001.0001 - 00.00

PROCESSO: 01-016.314/17-27

ANEXO I

TARIFAS

SERVIÇO	DETALHAMENTO	VALOR
PAG Fornecedor crédito em conta s/ aviso	Pagamento a fornecedor em conta corrente no próprio Banco através de arquivo eletrônico sem aviso	3,40
PAG Diversos crédito em conta s/ aviso	Pagamentos diversos em conta corrente no próprio Banco através de arquivo eletrônico sem aviso	3,40
PAG Diversos poupança	Pagamentos diversos em conta poupança no próprio Banco através de arquivo eletrônico sem aviso	3,40
PAG Diversos guias	Pagamentos diversos através de guias através de arquivo eletrônico	3,00
PAG DOC/TED Fornecedor	Pagamento a fornecedor em conta corrente de outro Banco através de arquivo eletrônico	8,20
DOC/TED Fornecedor via ASP	Pagamento a fornecedor em conta corrente através do Autoatendimento Setor Público na internet	8,80
DOC D – GERENCIADOR FINANC	Transferência via DOC D através do Gerenciador Financeiro na internet	8,80
DOC E-GER FINANCEIRO PJ	Transferência via DOC E através do Gerenciador Financeiro (empresas) na internet	8,80
DOC D-GER FINANCEIRO PJ	Transferência via DOC D através do Gerenciador Financeiro (empresas) na internet	8,80
TED STR-GER FIN-PJ-TITULARES	Transferência TED STR através do Gerenciador Financeiro (empresas) na internet para outra titularidade	8,80
TED CIP-GER FIN-PJ-TITULARES	Transferência TED CIP através do Gerenciador Financeiro (empresas) na internet para outra titularidade	8,80
TED STR – GER FIN-PJ – MESMO T	Transferência TED STR através do Gerenciador Financeiro (empresas) na internet para mesma titularidade	8,80
TED CIP – GER FIN – PJ – MESMO T	Transferência TED CIP através do Gerenciador Financeiro (empresas) na internet para mesma titularidade	8,80
CENTRALIZAÇÃO SALDO PJ	Centralização de saldos em conta única indicada	58,50
COPIA – DOC MICROFILMADO	Solicitação de cópia de documento microfilmado	4,90
CADASTRO PJ RENOV SEMESTRAL	Renovação (atualização) semestral do cadastro de PJ	42,00
EXTRATO MEIO MAGNETICO 668 PJ	Envio de extrato via arquivo 668	3,05
EXTRATO MEIO MAGNETICO 558 PJ	Envio de extrato via arquivo 558	3,00
EXTRATO DATA-MAILER – MENSAL	Envio de extrato Data-MAILER mensalmente	2,80
EXTRATO GER. FINANCEIRO	Extratos retirados no Gerenciador Financeiro na internet	0,00
TRANSF ENTRE CTAS COR	Transferências entre contas correntes no Banco	5,80
2ª VIA EXTRATO ACIMA 6 MESES	Segunda via de extrato de período maior que 6 meses	2,80
REFAZ. ARQ IED-COBrança	Refazimento de arquivo retorno da cobrança	2,00
REFAZ. ARQ IED-DEPOS. IDENTIF	Refazimento de arquivo retorno de depósito identificado	2,10
REFAZ. ARQ IED-RECE. GUIA N	Refazimento de arquivo retorno de recebimento de guias não compensáveis	2,10
Câmbio – fechamento	Tarifa de fechamento de câmbio	490,00
Liberação manual de arquivos PAG	Tarifa liberação manual de arquivo PAG	106,5



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO
HORIZONTE E O BANCO DO BRASIL S/A.

INSTRUMENTO JURÍDICO: 01-2017.4001-0001-00.00

PROCESSO: 01-016.314/17-27

ANEXO II

FUNDOS MUNICIPAIS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA VINCULADOS AO CONTRATO ATRAVÉS DE TERMO DE ADESÃO

1. Este ANEXO II lista os fundos municipais e as entidades da Administração Indireta do CONTRATO, que deverão assinar Termo de Adesão, a saber:
 - 1.1. Fundo Municipal de Defesa Ambiental – FMDA;
 - 1.2. Fundo Municipal de Habitação Popular – FMHP;
 - 1.3. Fundo Municipal de Operação do Parque das Mangabeiras – FOMPM;
 - 1.4. Fundo Municipal de Saneamento – FMSAN;
 - 1.5. Fundo Municipal de Transportes Urbanos – FMTU;
 - 1.6. Fundo Municipal de Abastecimento Alimentar – FMAA;
 - 1.7. Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS;
 - 1.8. Fundo Municipal de Calamidade Pública – FMCP;
 - 1.9. Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA;
 - 1.10. Fundo Municipal da Merenda Escolar – FMME;
 - 1.11. Fundo Municipal de Projetos Culturais – FMPC;
 - 1.12. Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMPDC;
 - 1.13. Fundo Municipal de Saúde – FMSA;
 - 1.14. Fundo Municipal do Idoso – FMI;
 - 1.15. Fundo Municipal de Proteção e Defesa das Minorias – FMPDM;
 - 1.16. Fundo da Procuradoria-Geral do Município – FPGM;
 - 1.17. Fundo Municipal do Auxílio de Transporte Escolar – FMTE;
 - 1.18. Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM;
 - 1.19. Fundo Municipal sobre Drogas – FUMSD;
 - 1.20. Fundo Financeiro – FUFIN;
 - 1.21. Fundo Previdenciário – BHPPrev;
 - 1.22. Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico – FMDE;
 - 1.23. Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR;
 - 1.24. Fundo da Operação Urbana do Isidoro – FOUI;
 - 1.25. Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte – FPPC-BH;
 - 1.26. Fundo de Modernização e Aprimoramento da Administração Tributária do Município – FMAATM;
 - 1.27. Fundação Municipal de Cultura – FMC;
 - 1.28. Fundação de Parques Municipais – FPM;
 - 1.29. Fundação Zoo-Botânica de Belo Horizonte - FZB-BH;
 - 1.30. Hospital Municipal Odilon Behrens – HOB;
 - 1.31. Superintendência de Limpeza Urbana – SLU;
 - 1.32. Superintendência de Desenvolvimento da Capital – Sudecap;
 - 1.33. Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte S/A – Urbel;
 - 1.34. Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte S/A – Bhtrans;
 - 1.35. Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte S/A – Prodabel;
 - 1.36. Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A – Belotur.
2. Eventuais adesões de outras entidades da Administração Indireta que venham a ser criadas poderão ser realizadas sem necessidade de alterações deste documento ou aditamento ao Contrato de Prestação de Serviço, sendo necessária, no entanto, assinatura do respectivo Termo de Adesão.



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO
HORIZONTE E O BANCO DO BRASIL S/A.

INSTRUMENTO JURÍDICO: 01-2017.4001-0001-00.00

PROCESSO: 01-016.314/17-27

ANEXO III

MODELO DO TERMO DE ADESÃO DOS FUNDOS MUNICIPAIS E DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

**TERMO DE ADESÃO AO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O (A) _____ E O BANCO
DO BRASIL S.A., PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

Pelo presente instrumento, em que são partes, de um lado, o **BANCO DO BRASIL S.A.**, com sede na Capital Federal, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 00.000.000/0001-91, neste ato representado pelo seu Gerente Geral da Agência Setor Público BH, situada nesta capital, Sr. Getúlio Neri Palhano Freire, CPF 037.149.224-66, doravante denominado CONTRATADO, e de outro lado a (ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – QUALIFICAR), neste ato representada pelo (REPRESENTANTE DA ENTIDADE – QUALIFICAR), doravante denominada (SIGLA DA ENTIDADE), têm entre si justos e acertados, a formalização do presente Termo de Adesão ao Contrato, de prestação de serviços de movimentação financeira do (ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA – QUALIFICAR), relativa aos recursos provenientes de transferências legais e constitucionais, bem como de convênios a serem assinados com qualquer órgão do governo federal e estadual, em que haja previsão legal para a manutenção dos recursos no Banco do Brasil S/A., aderindo a assinatura deste termo, cláusulas e condições estabelecidos no Contrato em referência, resultante de inexigibilidade de licitação, processo 01-016.314/17-27 e seus respectivos Anexos, declarando ter pleno conhecimento de seu inteiro teor e estando de acordo com todas as suas disposições, objetivando a Prestação dos Serviços Bancários declinados nesse instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA REGULARIDADE DA TRANSAÇÃO

A prestação dos serviços consubstanciada no CONTRATO de prestação de serviços de movimentação financeira relativa aos recursos provenientes de transferências legais e constitucionais, bem como de convênios a serem assinados com qualquer órgão do governo federal e estadual, em que haja previsão legal para a manutenção dos recursos no Banco do Brasil S/A. foi objeto de inexigibilidade de licitação, nos termos no caput do art. 25, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, conforme Processo Administrativo nº 01-016.314/17-27 ao qual se vincula o presente Termo de Adesão ao CONTRATO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas do (a) (SIGLA DA ENTIDADE), com a execução deste CONTRATO, para o período de 12 meses, estão estimadas em R\$ (a ser preenchido pela entidade ou fundo) e correrão, no presente exercício, pela dotação orçamentária:

- (dotação orçamentária da entidade ou do fundo).



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO
HORIZONTE E O BANCO DO BRASIL S/A.

INSTRUMENTO JURÍDICO: 01-2017-4001-0001-00.00

PROCESSO: 01-016.314/17-27

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo de Adesão corresponde ao prazo de vigência do Contrato ora aderido, nos termos da sua Cláusula Sétima.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte - MG para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Adesão ao CONTRATO e renunciam a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, exceto nos casos em que a legislação prever outro foro para a Instituição Financeira.

E por estarem assim justos e contratados, o CONTRATADO e a (SIGLA DA ENTIDADE) firmam o presente Termo de Adesão ao CONTRATO acima referido, em 03 (três) vias de igual teor e forma, ratificando-o em todos os seus termos, cláusulas e condições, integrando-se o presente Termo de Adesão àquele instrumento, formando um todo único e indivisível para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Belo Horizonte (MG), _____

(NOME DO REPRESENTANTE)
(CARGO NA ENTIDADE)
(NOME DA ENTIDADE)

(NOME DO REPRESENTANTE)
(CARGO NO CONTRATADO)
(NOME DO CONTRATADO)

Testemunhas:

NOME
CPF:

NOME
CPF: